

Contrariamente ao discurso do Presidente da República, ambiente de negócios deteriorou em 2022

- A comunicação do Presidente da República vem carregada de um optimismo cego que ignora não só as estatísticas, mas também as recorrentes reclamações do sector privado sobre o ambiente de negócios nem Moçambique. Na realidade, no lugar de uma melhoria, o país registou uma deterioração do ambiente de negócios em 2022, avaliado pelo Índice de Liberdade Económica (ILE). E mais: o Governo dia não foi capaz de reverter a tendência de deterioração deste importante indicador ao longo dos últimos oito anos.



A (questionável) boa nova foi partilhada na semana passada, 2 de Fevereiro, pelo Presidente da República durante a cerimónia de saudação do corpo diplomático acreditado em Moçambique, por ocasião do ano novo. A acção das instituições públicas no combate à corrupção e criminalidade, complementada pelo pacote de medidas de aceleração da economia foram destacados pelo PR como os factores que mais contribuíram para a melhoria do ambiente de negócios e atracção de investimento privado no país.¹

A informação preencheu as capas de boa parte dos jornais de maior circulação do país, completando a cadeia de desinformação que é típica de notícias populistas. A comunicação partilhada pelo Presidente da República vem carregada de um optimismo cego que ignora não só as estatísticas, mas também as recorrentes reclamações do sector privado sobre o ambiente de negócios no país². É que é no mínimo estranho falar de uma melhoria do ambiente de negócios num contexto em que as empresas, sobretudo as de média e pequena dimensão, tendem a evitar o contacto com o Estado por medo de corrupção e burocracias (promovendo a informalidade da economia), e jovens empreendedores lutam para encontrar um lugar num mercado dominado por empresas com alto capital e conexões políticas.

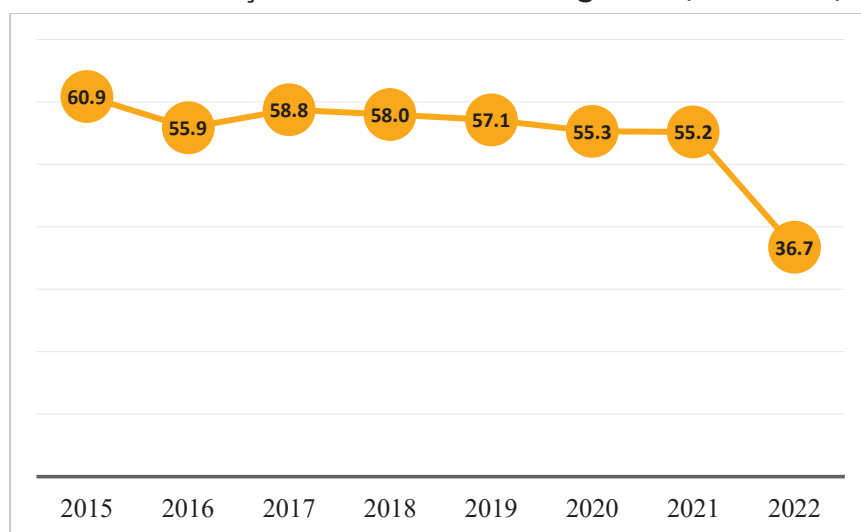
Na realidade, no lugar de uma melhoria, o país registou uma deterioração do ambiente de negócios em 2022, avaliado pelo Índice de Liberdade Econó-

mica (ILE)³. Com uma média do ILE de 51,3 pontos em 2022, abaixo dos 51,6 pontos registados em 2021, Moçambique posiciona-se como a 142ª economia mais livre no Índice de 2022, apresentando uma pontuação geral abaixo da média da região da África Subsaariana (53,4) e do mundo (60,0).

O ILE mede o grau em que os indivíduos são livres para trabalhar, produzir, consumir e investir da maneira que bem pretenderem. O indicador compreende 10 liberdades económicas que são agrupadas em quatro grandes categorias e têm igual peso: Estado de Direito, peso do sector público, eficiência regulamentar e o grau de abertura dos mercados. A pontuação de Moçambique no índice encontra-se na segunda pior categoria (maioritariamente não-livre: ILE entre 50 e 60 pontos), sendo dos países com menos liberdade económica.

No conjunto dos 10 factores avaliados, o ambiente de negócios destaca-se como o que mais tem sofrido deterioração nos últimos anos. Conforme ilustra o gráfico abaixo, o Governo do dia não foi capaz de reverter a tendência de deterioração deste indicador ao longo dos últimos oito anos. Durante a transição de 2021 para 2022, a pontuação do país caiu 18,5 pontos, de 55,2 para 36,7 pontos. Esta queda reflecte uma maior interferência “indevida” do Estado na actividade do sector privado e a existência de regulamentos onerosos e redundantes que constituem barreiras ao livre desenvolvimento da actividade empresarial no país.

Gráfico 1: Evolução do ambiente de negócios (2015-2022)



Fonte: The Heritage Foundation

¹ Num encontro com membros do corpo diplomático: PR destaca melhoria no ambiente de negócios. Notícias, 31838, 1.

² Zumbofm. (2022, 15 de Dezembro). Ambiente de negócios esteve estagnado em 2022 – diz CTA. Disponível em <https://zumbofm.com/index.php/noticias/item/5279-ambiente-de-negocios-esteve-estagnado-em-2022-diz-cta>

³ 2022 Index of Economic Freedom – <https://www.heritage.org/index/country/mozambique>

Além das ineficiências no quadro regulamentar, os moçambicanos debatem-se ainda com uma carga tributária elevada (cerca de 27,1 por cento do rendimento doméstico) num contexto de corrupção generalizada ao mais alto nível do Governo, clientelismo exacerbado e competição por vários grupos no acesso aos recursos do Estado⁴.

A acção das instituições públicas no combate à corrupção, que não encontra reflexo nos resultados do Índice de Percepção da Corrupção (Moçambique continuou mal posicionado no índice, não tendo observado qualquer variação na sua pontuação em 2022)⁵, e o pacote de medidas de aceleração da economia cujo impacto continua sendo uma “miragem” para o sector privado⁶, não parecem suportar a aclamada melhoria no ambiente de negócios em Moçambique. Aliás, as elevadas taxas de juro que marcaram o ano de 2022 (as mais altas dos últimos quatro anos) e os danos reputacionais com a inclusão do país na lista cin-

zenta do Grupo de Acção Financeira (GAFI)⁷ parecem sugerir precisamente o contrário.

Partindo do pressuposto de que a resolução de qualquer problema parte necessariamente do reconhecimento da sua existência para posterior desenho de soluções, é preocupante quando se ouvem discursos que ignoram totalmente os factos e baseiam-se em percepções. No lugar de tentar “tapar o sol com a peneira” com discursos pouco credíveis, o executivo deve apostar em medidas decisivas para melhorar o nexo de condições políticas, legais, institucionais e regulatórias que regem as actividades empresariais no país. Estas acções são urgentes considerando que, como em qualquer outra economia, o ambiente de negócios figura como um determinante crucial da prosperidade e do crescimento do país, sobretudo no que diz respeito à promoção do empreendedorismo, expansão da actividade económica, criação de emprego e geração de rendimento e meios de sobrevivência para os moçambicanos.

⁴ Índice de Liberdade Económica – Moçambique: <https://www.heritage.org/index/pdf/2022/countries/2022-IndexofEconomicFreedom-Mozambique.pdf>

⁵ Índice de Percepção da Corrupção 2022 – <https://www.transparency.org/en/cpi/2022/index/moz>

⁷ <https://www.oecconomico.com/sector-privado-apreensivo-com-a-lista-cinzenta/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Gabriel Manguela
Layout: CDD

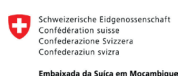
Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

